

## TERMO DE ADESÃO E OUTORGA DOS SERVIÇOS

O **MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_**, [qualificação], doravante denominado **“CONTRATANTE”**, e a **CONCESSIONÁRIA**, \_\_\_\_\_, neste ato representada por sua sócio(a)-administrador(a), a Sr.(a) \_\_\_\_\_, profissão, estado civil \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF nº \_\_\_\_\_, sendo está a **CONCESSIONÁRIA** dos serviços públicos objeto do Contrato de Concessão nº \_\_\_\_\_/2025, oriundo da Concorrência Pública nº \_\_\_\_\_/2025, doravante denominada **“CONTRATADA”**, em conjunto denominadas **“PARTES”**, resolvem firmar o presente Termo de outorga, tendo como interveniente-anuente a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA (“PMI”)**, para a outorga a prestação dos serviços anteriormente citados, quais sejam eles de **EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, VARRIÇÃO, ROÇAGEM, PODA, CAPINA, SERVIÇOS CONGÊNERES, PAISAGISMO, BEM COMO MANEJO DE RESÍDUOS, A PARTIR DA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA (“PMI”), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO** pela **CONTRATADA**, observando-se as condições estabelecidas no Contrato de Concessão nº \_\_\_\_\_/2025 e o seguinte:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Este Termo de outorga tem por objeto a delegação da prestação dos serviços anteriormente citados no Edital de Concorrência nº \_\_\_\_\_/2025 e Contrato de Concessão nº \_\_\_\_\_/2025 de **EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, VARRIÇÃO, ROÇAGEM, PODA, CAPINA, SERVIÇOS CONGÊNERES, PAISAGISMO, BEM COMO MANEJO DE RESÍDUOS, A PARTIR DA COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (RDO), DOS RESÍDUOS PÚBLICOS URBANOS (RPU), DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO (RCD), DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) E COLETA SELETIVA (CS), BEM COMO ATIVIDADES CORRELATAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA (“PMI”), MEDIANTE DELEGAÇÃO A SER FEITA POR CONTRATO DE CONCESSÃO** no âmbito do **MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_**, de acordo com as condições gerais estabelecidas no Contrato de Concessão nº \_\_\_\_\_/2025 e demais regulamentos expedidos pela **AGÊNCIA REGULADORA**.

1.1. A **CAMARA MUNICIPAL DE ITABAIANA** autorizou a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA** a competência para delegar os serviços objeto do presente Termo de outorga, nos termos da Lei Municipal nº [inserir a Lei], de modo que aplicam-se ao presente instrumento, integralmente, considerando-se aqui transcritas, para todos os efeitos, as disposições do Contrato de Concessão nº \_\_\_\_/2025, especialmente no que tange aos direitos e obrigações das **PARTES**, à forma de remuneração da **CONTRATADA**, à distribuição dos riscos, à revisão, à fiscalização, às formas de extinção do Contrato e às penalidades aplicáveis por eventual descumprimento contratual.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO:**

2. A **CONTRATADA** será remunerada pela prestação dos serviços objeto deste Termo de outorga, observando-se os valores apresentados em sua Proposta de Preço, anexa ao Contrato de Concessão nº \_\_\_\_/2025, e as condições fixadas naquele instrumento contratual, em especial nas suas Cláusulas Oitava (**REMUNERAÇÃO**) e Quadragésima (**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**).

2.1 Caso o **CONTRATANTE** tenha optado por aderir aos serviços após 12 meses da emissão da Ordem de Serviço para início dos trabalhos relativos ao objeto do Contrato de Concessão nº \_\_\_\_/2025, os valores apresentados na Proposta de Preço deverão ser reajustados, na forma da Subcláusula 27.3 do Contrato de Concessão nº \_\_\_\_/2025, para fins de fixação da remuneração devida à **CONTRATADA** pela prestação dos serviços objeto do presente Termo de outorga.

2.2. No momento de assinatura do presente instrumento, a remuneração da **CONTRATADA** corresponde a:

SERVIÇOS	UNIDADE	R\$/UND

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE:**

3. O valor devido à **CONTRATADA** será reajustado através do índice contratual a cada 12 meses, a contar da data de assinatura do presente instrumento.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

4. O presente Termo de outorga vigorará pelo prazo de duração do Contrato de Concessão nº \_\_\_\_/2025, qual seja: 360 (trezentos e sessenta) meses a contar da assinatura do contrato de Contrato de Concessão nº \_\_\_\_/2025, não podendo rescindido, excetuado em comum acordo entre as partes, ou ainda, em caráter de intervenção administração, encampação e/ou rescisão unilateral. Em caso de rescisão unilateral, aplica-se a multa prevista em contrato de concessão nº \_\_\_\_/2025, bem como fica estabelecido que o **PODER CONCEDENTE** ainda terá que realizar a indenização dos ativos não amortizados da **CONCESSIONÁRIA** para os objetos em questão.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS:**

5. Em caso de disputas ou controvérsias oriundas do presente Termo de outorga, as **PARTES** buscarão dirimir as divergências consensualmente, observando-se o procedimento estabelecido na Cláusula 41 do Contrato de Concessão nº \_\_\_\_/2025.

5.1. Qualquer das **PARTES** poderá convocar a instauração de Comissão Técnica específica (ad hoc) para a solução de eventuais divergências de natureza técnica durante a execução do Termo de outorga, na forma da Cláusula 42 do Contrato de Concessão nº \_\_\_\_/2025.

5.1.1. Caso tenha sido criada Comissão Técnica permanente para acompanhamento da execução do Contrato de Concessão nº \_\_\_\_/2025, conforme previsão da Subcláusula 42.1.1 daquele instrumento, as **PARTES** deverão se submeter a esta Comissão para solucionar eventuais divergências de natureza técnica durante a execução do presente Termo de outorga.

5.2. As **PARTES** concordam em resolver por meio de arbitragem eventuais conflitos de interesses que decorram da execução do presente Termo de outorga ou de quaisquer documentos a ele relacionados, seguindo-se integralmente os termos da Convenção de Arbitragem constante do Contrato de Concessão nº \_\_\_\_/2025 (Cláusula 45).

5.2.1. A submissão de controvérsias ao juízo arbitral poderá ocorrer a qualquer tempo e não dependerá da instauração prévia do procedimento de resolução consensual ou da Comissão Técnica referida na Subcláusula 5.1.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO FORO:**

6. As **PARTES** elegem o Foro da Comarca de Itabaiana, Estado da Sergipe, para:

(a) obter tutela de urgência porventura necessária antes da formação do tribunal arbitral;

(b) promover a execução da medida de urgência, de decisão ou sentença proferida pelo tribunal arbitral; e

(c) discutir controvérsias atinentes a direitos que não se enquadrem como patrimoniais disponíveis.

E, por estarem assim de acordo, foi este instrumento lavrado em 4 (quatro) vias, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas.

LOCAL, [\_\_\_] DE [\_\_\_] DE 2025.

#### **CONCESSIONÁRIA**

#### **PODER CONCEDENTE**

#### **TESTEMUNHAS:**

Nome:

Nome:

RG:

RG: